

**Impactos sociais da agricultura urbana:
Uma Pesquisa do tipo estado da arte**

Ivanir Ansilheiro

Pós-graduada em MBA EM E-BUSINESS - Universidade de Cuiabá (2003)

ivanir.ansilheiro@ifpr.edu.br

ORCID iD: 0009-0009-5500-9022

Sirley Garcia Caparroz Pellegrineli

Pós-graduada em GESTÃO PÚBLICA - Instituto Federal do Paraná (2013)

sirley_caparroz@hotmail.com

ORCID iD: 0009-0001-9524-1055

Ana Flávia Costa

Mestranda em Sustentabilidade - Instituto Federal do Paraná (2024-2026)

ana.costa@ifpr.edu.br

ORCID iD: 0009-0003-3582-4210

Máriam Trierveiler Pereira

Doutora em Engenharia Química - Universidade Estadual de Maringá (2011)

mariam.pereira@ifpr.edu.br

ORCID iD: 0000-0003-0782-6967

Impactos Sociais da Agricultura Urbana: Uma Pesquisa do Tipo Estado da Arte

RESUMO

Objetivo – O estudo tem como objetivo analisar a contribuição da agricultura urbana e periurbana na mitigação da insegurança alimentar no Brasil, considerando a relevância do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (2018) e da recente Lei nº 14.935/2024. A pesquisa busca mapear e analisar estudos acadêmicos sobre o tema, destacando as principais contribuições das hortas comunitárias para o desenvolvimento sustentável.

Metodologia – A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa do tipo estado da arte, analisando teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) publicadas entre 2020 e 2024. Foram identificadas e analisadas sete pesquisas, considerando suas contribuições para a agricultura urbana e comunitária.

Originalidade/relevância – O estudo preenche uma lacuna ao relacionar a agricultura urbana com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando seu papel na erradicação da pobreza (ODS 2), promoção da educação (ODS 4), crescimento econômico (ODS 8) e cidades sustentáveis (ODS 11). Além disso, propõe estratégias para fortalecer a implementação de políticas públicas voltadas à agricultura urbana.

Resultados – A análise revelou que as hortas comunitárias possuem grande potencial para contribuir com a segurança alimentar e nutricional, além de gerar trabalho e renda. Contudo, identificaram-se desafios como a necessidade de políticas públicas mais eficazes, incentivo ao consumo local e fortalecimento das iniciativas comunitárias. A pesquisa sugere que governos estaduais e municipais sem legislação específica sobre agricultura urbana elaborem políticas locais alinhadas à legislação nacional.

Contribuições teóricas/metodológicas – A pesquisa contribui para o debate sobre segurança alimentar e desenvolvimento sustentável, ao consolidar conhecimentos sobre a agricultura urbana a partir da literatura acadêmica recente. Propõe-se, ainda, que futuras pesquisas analisem as contribuições da agricultura urbana para públicos vulneráveis cadastrados no Cadastro Único do Governo Federal.

Contribuições sociais e ambientais – A pesquisa reforça a importância da agricultura urbana como estratégia para a inclusão social e econômica, promovendo a sustentabilidade ambiental e a educação agroecológica. O incentivo a hortas comunitárias e políticas de apoio ao consumo local pode fortalecer redes de abastecimento alimentar e reduzir a insegurança alimentar em centros urbanos.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Hortas Comunitárias. Justiça Alimentar.

Social Impacts of Urban Agriculture: A State-of-the-Art Survey

ABSTRACT

Objective – This study aims to analyze the contribution of urban and peri-urban agriculture in mitigating food insecurity in Brazil, considering the relevance of the National Program for Urban and Peri-urban Agriculture (2018) and the recent Law No. 14,935/2024. The research seeks to map and analyze academic studies on the subject, highlighting the main contributions of community gardens to sustainable development.

Methodology – The research adopted a qualitative state-of-the-art approach, analyzing theses and dissertations available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) published between 2020 and 2024. Seven studies were identified and analyzed, considering their contributions to urban and community agriculture.

Originality/relevance – The study fills a gap by linking urban agriculture to the Sustainable Development Goals (SDGs), highlighting its role in poverty eradication (SDG 2), education promotion (SDG 4), economic growth (SDG 8), and sustainable cities (SDG 11). Additionally, it proposes strategies to strengthen the implementation of public policies focused on urban agriculture.

Results – The analysis revealed that community gardens have great potential to contribute to food and nutritional security while generating jobs and income. However, challenges were identified, such as the need for more effective public policies, incentives for local consumption, and strengthening of community initiatives. The research suggests that state and municipal governments without specific legislation on urban agriculture develop local policies aligned with national legislation.

Theoretical/methodological contributions – The study contributes to the debate on food security and sustainable development by consolidating knowledge on urban agriculture from recent academic literature. It also proposes that future research analyze the contributions of urban agriculture to vulnerable populations registered in the Federal Government's Unified Registry.

Social and environmental contributions – The research reinforces the importance of urban agriculture as a strategy for social and economic inclusion, promoting environmental sustainability and agroecological education. Encouraging community gardens and policies supporting local consumption can strengthen food supply networks and reduce food insecurity in urban centers.

KEYWORDS: Urban Agriculture. Community Gardens. Food Justice.

Impactos Sociales de la Agricultura Urbana: Una Investigación Tipo Estado del Arte

RESUMEN

Objetivo – Este estudio tiene como objetivo analizar la contribución de la agricultura urbana y periurbana en la mitigación de la inseguridad alimentaria en Brasil, considerando la relevancia del Programa Nacional de Agricultura Urbana y Periurbana (2018) y la reciente Ley N° 14.935/2024. La investigación busca mapear y analizar estudios académicos sobre el tema, destacando las principales contribuciones de los huertos comunitarios al desarrollo sostenible.

Metodología – La investigación adoptó un enfoque cualitativo del tipo estado del arte, analizando tesis y disertaciones disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) publicadas entre 2020 y 2024. Se identificaron y analizaron siete estudios, considerando sus aportes a la agricultura urbana y comunitaria.

Originalidad/relevancia – El estudio llena un vacío al relacionar la agricultura urbana con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), evidenciando su papel en la erradicación de la pobreza (ODS 2), la promoción de la educación (ODS 4), el crecimiento económico (ODS 8) y las ciudades sostenibles (ODS 11). Además, propone estrategias para fortalecer la implementación de políticas públicas orientadas a la agricultura urbana.

Resultados – El análisis reveló que los huertos comunitarios tienen un gran potencial para contribuir a la seguridad alimentaria y nutricional, además de generar empleo e ingresos. Sin embargo, se identificaron desafíos como la necesidad de políticas públicas más eficaces, incentivos al consumo local y fortalecimiento de las iniciativas comunitarias. La investigación sugiere que los gobiernos estatales y municipales sin legislación específica sobre agricultura urbana elaboren políticas locales alineadas con la legislación nacional.

Contribuciones teóricas/metodológicas – La investigación contribuye al debate sobre seguridad alimentaria y desarrollo sostenible, al consolidar conocimientos sobre la agricultura urbana a partir de la literatura académica reciente. Se propone, además, que futuras investigaciones analicen las contribuciones de la agricultura urbana para poblaciones vulnerables registradas en el Registro Único del Gobierno Federal.

Contribuciones sociales y ambientales – La investigación refuerza la importancia de la agricultura urbana como estrategia para la inclusión social y económica, promoviendo la sostenibilidad ambiental y la educación agroecológica. El incentivo a los huertos comunitarios y las políticas de apoyo al consumo local pueden fortalecer las redes de abastecimiento alimentario y reducir la inseguridad alimentaria en los centros urbanos.

PALABRAS CLAVE: Agricultura Urbana. Jardines Comunitarios. Justicia alimentaria.

1 INTRODUÇÃO

Conforme pesquisa divulgada pelo módulo Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Ferreira, 2024), no último trimestre de 2023, 27,6% (21,6 milhões) dos domicílios particulares no Brasil estavam com algum grau de insegurança alimentar, sendo que 18,2% (14,3 milhões) enquadraram-se no nível leve, 5,3% (4,2 milhões) no moderado e 4,1% (3,2 milhões) no grave. Mudar este cenário e garantir a quantidade ideal de alimentos nutricionalmente adequados a todas as pessoas, é uma questão urgente e complexa.

Neste sentido, Favoreto *et. al.* (2024) investigou em seus estudos que a agricultura urbana, contribui para que os países em desenvolvimento como o Brasil avancem no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, de modo especial o Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ONU, 2015).

De acordo com estudos realizados por Calbino *et. al.* (2018), uma das vantagens desse tipo de agricultura é que geralmente ocorre em pequenas áreas, com a produção voltada principalmente para o consumo familiar e para a venda em pequena escala em mercados locais. Essa prática é comumente realizada em quintais, terraços, pátios ou em hortas comunitárias, que são espaços comunitários ou públicos não urbanizados, destinados especificamente para esse propósito. A agricultura urbana melhora a segurança alimentar e nutricional, com a produção de alimentos frescos e saudáveis, melhorando a nutrição e saúde, suprimindo carências alimentares das populações urbanas pobres (Ribeiro, 2013).

A prática de hortas urbanas está entre as formas de agricultura urbana que tem ganhado destaque no Brasil, trazendo muitas contribuições positivas ambientalmente e socialmente. Conforme Calbino *et. al.* (2018), as hortas urbanas trazem benefícios ambientais adicionais ao meio urbano, pois criam áreas verdes, favorecendo a infiltração de águas das chuvas e a reciclagem de resíduos.

Em seus estudos, Fernandes *et. al.* (2013) observam que as hortas comunitárias surgiram da percepção de que a produção local, mais próxima das cidades, garante o fornecimento de produtos mais frescos e, possivelmente, com maior quantidade de determinados nutrientes, quando comparados aos alimentos que são armazenados por longos períodos e transportados por grandes distâncias.

Colaborando com a discussão, os autores Castelo Branco e Alcântara (2011) relatam em suas pesquisas que as hortas urbanas contribuem de forma indireta para a melhoria da vida da comunidade local. Destacam-se, nesse contexto, o fortalecimento das relações interpessoais, a melhoria na organização social da área e a valorização da paisagem urbana, com a remoção de terrenos abandonados, o que também ajuda a reduzir a ocorrência de doenças.

Em geral, de acordo com Costa e Sakurai (2020, p. 08) “[...] hortas urbanas garantem saúde, segurança alimentar, educação ambiental, contato com a natureza em meio urbano, geração de renda para a população em seu redor.”

Por este motivo, a agricultura urbana tem se tornado um tema importante e políticas públicas têm sido criadas sobre o tema nos últimos anos. Em 2018, o governo federal brasileiro publicou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana por meio pela Portaria nº 467,

de 07 de fevereiro de 2018, instituído pelo Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023, visando a promoção de dez objetivos, dentre eles: “i) a agricultura sustentável nas áreas urbanas e nas regiões periurbanas; ii) acesso à alimentação adequada e saudável e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população urbana; iii) inclusão socioeconômica e a geração de renda; [...] vi) o desenvolvimento de cidades mais saudáveis, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas, de modo a combater o racismo ambiental e incentivar a adoção de práticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas; [...] ix) a atuação das mulheres na agricultura urbana e periurbana; e x) o combate à insegurança alimentar decorrente das desigualdades sociais relacionadas à raça, etnia e gênero” (Brasil, 2023, local. 2-3).

Complementando essa organização, recentemente, em 26 de julho de 2024, foi publicada a Lei nº 14.935, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. De acordo esta normativa:

Art. 1º A agricultura urbana e periurbana é a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nas áreas urbanas e periurbanas e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção e à extração de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização (Brasil, 2024, local. 1).

A nova lei tem sete objetivos e a previsão é que seja planejada e executada de forma descentralizada, com a cooperação entre o governo federal, estadual, municipal, entidades da sociedade civil e instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Diante do movimento gerado a partir dos ODS e das recentes legislações, projetos sobre hortas urbanas têm surgido em diversas regiões do país, podendo ser citadas cidades que já têm desenvolvido a prática, como Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Distrito Federal e na cidade de São Paulo (Mass *et. al.*, 2020).

No mesmo sentido das grandes cidades, municípios menores também têm se preocupado com o tema da agricultura urbana. Pode-se citar o exemplo da cidade de Umuarama, no interior do Paraná, que por meio da Lei Ordinária nº 4.480, de 17 de maio de 2021, instituiu a Política Municipal de Agricultura Urbana no Município. O Art. 3º dessa lei diz que:

Fica assegurado o direito à utilização de espaços públicos e privados, por pessoas físicas e jurídicas, para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana como práticas relacionadas aos processos de segurança e soberania alimentar, à manutenção e incremento da qualidade de vida, bem como à democratização de práticas e espaços, servindo tanto para o abastecimento do Município quanto à educação da população (Umuarama, 2021, local. 2).

Como desdobramento da política, em parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura Municipal, UEM (Universidade Estadual de Maringá) e Copel (Companhia Paranaense de Energia), foi implementado o projeto de Horta Urbana em três bairros da cidade. A horta do Bairro São Cristóvão foi a primeira a entrar em funcionamento e já conta com famílias cadastradas (Portal Umuarama, 2022).

Diante do exposto, levantou-se a necessidade de estudar o que se tem publicado a respeito do tema no Brasil. Deste modo, o objetivo geral deste trabalho foi mapear e analisar o resultado das pesquisas acadêmicas (teses e dissertações) publicadas no período pós-pandêmico sobre agricultura urbana e hortas comunitárias.

2 METODOLOGIA

Para Vosgerau e Romanowski (2014), a investigação do tipo estado da arte tem por finalidade a compreensão do movimento em determinada área, bem como a análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas.

Por conseguinte, de acordo com o objetivo proposto, foi realizada uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, do tipo “Estado da arte” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) publicadas entre os anos de 2020 a 2024.

No processo de busca foram utilizados os descritores “educação”, “agricultura urbana”, “hortas comunitárias”. Foram identificadas sete pesquisas pela BDTD, sendo uma tese e seis dissertações.

Após a coleta dos dados, passou-se para sua análise, utilizando-se o método de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Na primeira etapa, a partir de leitura flutuante dos resumos para identificação da temática, foram aplicados como critérios de inclusão para definição do *corpus* de análise a divulgação autorizada para consulta dos trabalhos. Em seguida, foi realizada a exploração do material a partir dos resultados e das considerações finais, identificando os dados, a partir das categorias identificadas pela análise de conteúdo. Por fim, depois de agrupadas as fontes de dados em cada uma das categorias, realizou-se uma interpretação e uma discussão dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados pela pesquisa estão descritos no Quadro 1, divididos em: ano de publicação, tipo do trabalho (T - tese; D - dissertação), título, autoria e categorias identificadas pela análise de conteúdo.

Quadro 1 – Distribuição das pesquisas por ano de publicação, tipo do trabalho, título, autoria e o categorias identificadas pela análise de conteúdo

Ano	Tipo	Título	Autoria	Categorias identificadas pela Análise de Conteúdo
2024	T	De município à morada: hortas comunitárias, educação ambiental e pertencimento em Araraquara/SP	Ana Clara Nery da Silva	Pertencimento
				Geração de renda
				Promoção da educação
				Combate à fome
				Segurança alimentar
2024	D	Contribuições da agricultura urbana para justiça alimentar: um estudo de caso nas hortas comunitárias de Maringá-PR	Jéssica Castro Chryssafidis	Combate à fome
				Justiça alimentar
				Geração de renda
				Segurança alimentar
2022	D	Nem tudo é concreto: etnobotânica das hortas comunitárias agroecológicas do ABC Paulista	Julia Alice Vila Furgeri	Inventário das memórias bioculturais e etnocientíficas
				Relação comunidade/natureza nos territórios urbanos
2021	D	Com quantos dólares se promove a participação social? Estudo de caso sobre a ação do Banco Mundial no	Juliana Costa Velho de Abreu	Fomento a sistemas agrícolas sustentáveis

		Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio de Janeiro		
2020	D	A importância das feiras para a geração de renda e fortalecimento da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro	Juliana Silva Barbosa	Geração de renda
				Segurança alimentar
				Pertencimento
2020	D	Agricultura familiar no município de Parintins, Amazônia brasileira; diagnóstico, desafios e potencialidades	Paulo Jorge Neves Reis	Promoção da educação
				Geração de renda
				Segurança alimentar
				Uso de agrotóxicos
				Descarte de embalagens
				Uso de queimadas
				Acesso a serviços
2020	D	Espaços verdes urbanos: análise socioambiental das hortas urbanas comunitárias	Maria Carolina Medeiros Alves	Criação de área de lazer
				Geração de renda
				Combate à fome
				Segurança alimentar
				Ocupação de espaços

Fonte: as autoras

Os estudos foram realizados em várias regiões do país, no período analisado. Na região Norte encontrou-se um estudo na cidade de Parintins/AM. Na região Sul, foi realizado um estudo na cidade de Maringá/PR. Na região Sudeste, desenvolveu-se um estudo na cidade de Araraquara/SP, um no ABC Paulista (sigla para a região metropolitana do Grande ABC que está inserido a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e é composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), e mais dois na cidade do Rio de Janeiro/RJ, totalizando quatro estudos.

Na região Nordeste, verificou-se um estudo na cidade de Recife/PE, e na região Centro-oeste, neste período, nenhum estudo foi encontrado, o que demonstra que é uma região do país que ainda não despertou para a implantação e incentivo da agricultura urbana, por meio de hortas comunitárias, para atender sua população, embora seja grande produtora de alimentos em grande escala. Talvez este seja o motivo da falta de estudos sobre o tema aqui investigado.

Conforme observado no Quadro 1, a maioria dos estudos selecionados trazem conteúdos em comum, porém algumas categorias são trazidas em apenas um estudo. Sendo assim, analisou-se e discutiu-se cada conteúdo em particular, o que gerou o Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das categorias e das incidências de cada uma

Categorias	Quantidade estudos	% encontrada
Segurança alimentar		
Mais alimentos de qualidade em suas mesas	5	17,24
Geração de renda		
Geração de renda para as famílias	5	17,24%
Combate à fome		
Contribuição alimentar para as famílias	5	17,24%
Promoção da educação		
Orientação sobre o cultivo, troca de experiências	2	6,90%
Pertencimento		
Sentimento de pertença, volta às origens, ancestralidade	2	6,90%
Justiça alimentar		
Direito a uma alimentação saudável e digna para todos	1	3,45%
Criação de área de lazer		
Hortas espaços de convivência	1	3,45%
Ocupação dos espaços		
Espaços vazios agora espaços verdes	1	3,45%
Inventário das memórias bioculturais e etnociêntíficas		
Manter um inventário sobre as memórias bioculturais e etnociêntíficas	1	3,45%
Relação comunidade/natureza nos territórios urbanos		
Sentimento de amor e zelo pela natureza	1	3,45%
Uso de agrotóxicos		
Uso de agrotóxicos nas hortas	1	3,45%
Descarte de embalagens		
Descarte correto para embalagens dos agrotóxicos	1	3,45%
Acesso a serviços		
Quais serviços as comunidades recebem	1	3,45%
Uso de queimadas		
Prática usada no Norte do país	1	3,45%
Fomento a sistemas agrícolas sustentáveis		
Qual o custo financeiro de um sistema agrícola sustentável	1	3,45%
Total	29	100%

Fonte: as autoras

Na categoria **segurança alimentar**, observou-se que em algumas hortas os resultados excelentes foram atingidos nesta dimensão (Alves; Barbosa; Reis, 2020; Chrysafidis; Silva, 2024). Também observou-se que os alimentos produzidos possuem um alto valor nutricional, pois a maioria das hortas realizam compostagem e reutilização de materiais recicláveis, o que garante aos consumidores uma alimentação nutritiva e saudável (Alves; Barbosa, 2020; Chrysafidis; Silva, 2024). Com relação à justiça alimentar, vale destacar que contribui em como enfrentar a problemática da fome e também avalia a eficácia de iniciativas de agricultura urbana, acrescentando a oferta de alimentos saudáveis e fortalecendo as comunidades mais vulneráveis. Assim, seria possível não apenas garantir a segurança alimentar e nutricional, mas

também estabelecer bases para a restauração dos ecossistemas e uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento urbano.

Com relação à **geração de renda**, observa-se que em algumas hortas foram efetivos os resultados financeiros para os participantes (Abreu, 2021; Chryssafidis, 2024), mas em outras a produção foi somente para o consumo próprio (Alves; Barbosa; Reis, 2020; Silva, 2024). Em adicional, percebe-se que a agricultura urbana emerge por oferecer um amplo espectro de benefícios aos seus participantes, incluindo maior acesso a alimentos saudáveis, desenvolvimento de habilidades, melhorias na comunidade, promoção da saúde, conservação ambiental e oportunidades de emprego e renda. A venda do excedente da produção surge como estratégia na geração de trabalho e renda.

Sobre o **combate à fome**, nos relatos da cidade de Araraquara/SP (Silva, 2024) aferiu-se que, na prática, houve pequena produção de hortaliças, legumes e frutas no território coletivo, muito aquém das necessidades da comunidade e dos próprios participantes. Nas cidades de Maringá/PR (Chryssafidis, 2024) e Rio de Janeiro/RJ (Abreu, 2021), as hortas produzem muito além das necessidades da comunidade, e o excedente é vendido nas feiras das cidades, gerando renda e garantindo uma vida mais digna para os participantes, tirando-os da situação de vulnerabilidade (Abreu, 2021; Chryssafidis, 2024).

A respeito da categoria **promoção da educação**, vale observar que as hortas podem funcionar como espaços educativos voltados não só à preservação do meio ambiente, mas também na valorização da cidadania, na orientação de trabalho em equipe, na formação de liderança e na formação de gestores. Nas hortas da cidade de Araraquara/SP (Silva, 2024), observa-se a aplicação de um projeto de educação ambiental voltada à promoção desses espaços, o que não se observa nas hortas das demais cidades. Também não pôde ser constatada a existência de uma ação contínua educativa no entorno onde as hortas estão inseridas, o que pode ser um dos fatores do distanciamento das pessoas com relação aos espaços. Essa oportunidade poderia ser aproveitada para a alfabetização ecológica, segundo Capra (2010).

Estudando o conceito de **pertencimento**, observa-se que este se desdobra da ancestralidade, da identidade, da potência de ação, do mergulho em si e do diálogo, propondo um processo de educar para a multiplicidade, a pertinência e o encantamento do mundo. A relação dos seres humanos com a natureza e a convivência pode influenciar o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento ao meio natural. Essa conexão não ocorre de forma automática, mas depende de fatores específicos que envolvem tanto as necessidades humanas quanto o próprio meio ambiente. Os ambientes naturais têm um papel importante no fortalecimento do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, no bem-estar humano. A interação com a natureza pode proporcionar benefícios psicológicos e emocionais que influenciam positivamente na qualidade de vida. Os participantes se sentem pertença do espaço e têm consciência da importância das hortas para suas vidas, para a comunidade e para o meio ambiente como um todo. Observa-se que esta categoria está presente nas hortas de Araraquara/SP (Silva, 2024) e do Rio de Janeiro/RJ (Barbosa, 2020), algo tão importante para o sucesso das mesmas, porém não se apresenta nas demais.

No tocante à **justiça Alimentar**, os sistemas alimentares sustentáveis recebem críticas pelos modos de operação e funcionamento da produção, distribuição e acesso aos alimentos. Nesse sentido, persistiram as situações de fome e insegurança alimentar ao redor do mundo.

Por isso, há claramente um consenso de que a superação da fome e a busca por sistemas alimentares mais justos e sustentáveis requerem mais do que pensar a questão alimentar em si, faz-se necessário estabelecer um diálogo com os fundamentos das desigualdades sociais, políticas e econômicas (Chryssafidis, 2024).

Nos estudos selecionados, houve a **criação de área de lazer** junto às hortas para fortalecer a convivência e a afetividade entre os participantes do projeto e a comunidade como um todo. Esta prática foi observada nas hortas do Recife/PE (Alves, 2020). Observa-se que quanto maior a convivência entre os participantes das hortas, maior será o cuidado e maior será o sucesso das mesmas. Com essa interação, ganham os participantes e toda comunidade.

Na categoria **ocupação dos espaços vazios**, percebeu-se que as hortas comunitárias possuem um importante papel de valorização nas áreas urbanas e merecem atenção da sociedade e, principalmente, do poder público, que devem apoiá-las e promovê-las. Espaços que antes estavam vazios e que, de certa forma, deixavam a cidade com ar de abandono, descuido, passaram a ser admirados espaços verdes. Observa-se, assim, que os espaços vazios urbanos têm uma nova função (Alves, 2020).

No que concerne ao **inventário das memórias bioculturais e etnocientíficas**, foram investigadas quatro hortas comunitárias agroecológicas do ABC Paulista como comunidades de educação ambiental e de divulgação científica destes conhecimentos neste território, utilizando as metodologias da pesquisa etnobotânica. Como resultado, foram identificadas 55 espécies por binômio científico e 77 espécies por nome local, registradas na forma de um inventário das memórias bioculturais e etnocientíficas relacionadas a elas. Também foram criadas diferentes estratégias e práticas de educação ambiental propostas por estes espaços, para a difusão destes conhecimentos (Furgeri, 2022).

Na categoria **relação comunidade/natureza nos territórios urbanos**, os conhecimentos adquiridos nos espaços das hortas são transmitidos dentro das famílias e das comunidades envolvidas no cultivo e gestão dos mesmos. Também são disseminadas as informações de horta em horta, evidenciando o caráter da agroecologia urbana como um movimento popular, cultural, ecológico e científico, com potencial de intervir no processo de ressignificação da relação entre a comunidade e a natureza nos territórios urbanos (Furgeri, 2022).

No que diz respeito ao **uso de agrotóxicos**, nas hortas de Parintins/AM (Reis, 2020) são utilizados agrotóxicos no cultivo dos alimentos. Esta prática é ainda usada por não terem um conhecimento voltado a novas tecnologias de plantio, ou seja, com a ausência de conhecimentos novos, usam-se as tecnologias mais antigas.

No livro “Nosso Futuro Roubado”, escrito por, Colborn, Dumanoski e Myers (1997), foram reunidas, pela primeira vez, as alarmantes evidências obtidas em estudo de campo, experimentos de laboratório e estatísticas humanas, para tratar termos científicos, mas acessíveis para todos, sobre este novo perigo. Este livro começa onde terminou a Primavera Silenciosa, revelando as causas primeiras dos sintomas que tanto alarmaram a Carson (1962). Baseando-se em décadas de pesquisa, os autores apresentam um impressionante informe que segue a pista de defeitos congênitos, anomalias sexuais e falhas na reprodução evidenciados em populações silvestres, até encontrar sua origem: substâncias químicas que substituem os hormônios naturais,

transformando os processos normais de reprodução e desenvolvimento. (Caporal, 2011, p. 130).

Observa-se que o uso dos agrotóxicos na agricultura oferece graves perigos para a natureza, para as populações silvestres e para a saúde humana, diante disso, é necessário e urgente uma maior divulgação e conscientização sobre o uso dos mesmos e suas consequências.

Sobre o **descarte de embalagens**, percebeu-se a falta de conhecimento relacionado ao mal que os recipientes com restos de agrotóxicos causam para o meio ambiente e aos próprios alimentos produzidos nas hortas. A falta de orientação e conscientização do descarte correto prejudica muito a qualidade do alimento produzido no que diz respeito ao valor nutricional e também na comercialização dos mesmos (Reis, 2020).

A respeito do **acesso a serviços**, as comunidades de Parintins/AM (Reis, 2020) relatam que não dispõem de estrutura física para atender as necessidades básicas das famílias, onde destacam-se serviços voltados à saúde, seguido da educação. Também mencionam dificuldades para escoar a produção devido às péssimas condições das estradas, e por último, reivindicam acesso a serviços de coleta de lixo, pois, com a crescente produção de resíduos e a ausência de disposição apropriado, as matas e os igarapés se tornam o destino final para esses dejetos domésticos.

Na categoria **uso de queimadas**, os agricultores de Parintins fazem com que as técnicas do roçado tradicional sejam utilizadas. Estudos comprovam (Reis, 2020) que as queimadas reduzem a utilidade e fertilidade do solo, pois a camada vegetal, a qual poderia ser utilizada como fertilização natural, é completamente desperdiçada quando queimada, com isso os alimentos produzidos nas hortas poderiam perder seu valor nutricional e seu valor no mercado quando comercializados.

Por fim, quanto ao **fomento a sistemas agrícolas sustentáveis**, respondendo à pergunta feita no título de uma das pesquisas, “com quantos dólares se promove a participação social?”, com relação aos financiamentos obtidos por meio de órgãos de fomento multilaterais como o Banco Mundial, a autora conclui que investimentos em dólar servem muito a quem os possui e tem pouco a agregar a quem vai pagar seus altos juros, condenando suas finanças futuras e entregando a garantia dos seus investimentos a um agente externo (Abreu, 2021).

A análise dessas vinte e nove categorias ilustram as vantagens da agroecologia, assim como, as reais condições de sua aplicação no Brasil. Pôde-se perceber que, no geral, foi concluído que a agricultura urbana consegue gerar renda para as famílias envolvidas, tirá-las da linha de pobreza, garantir para as famílias e para a comunidade uma alimentação nutricional e saudável e, acima de tudo, estabelecer bases para a restauração dos ecossistemas e uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento urbano. No Brasil, sua aplicação precisa superar muitos desafios para chegar no ideal, desde políticas e incentivos para as comunidades, mas é real, é possível.

4 CONSIDERAÇÕES

Nesse artigo foi realizada uma pesquisa do tipo estado da arte, somando sete trabalhos realizados em programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições públicas. Para isso, foram mapeadas e analisadas uma tese e seis dissertações, disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicadas entre os anos de 2020 a 2024.

Conforme previsto na Agenda 2030, observa-se que no geral, as hortas comunitárias têm potencial para atingir alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 2 (erradicação da pobreza), 4 (promover educação), 8 (crescimento econômico) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis), possibilitando as cidades utilizá-las como um instrumento no alcance o desenvolvimento municipal sustentável.

No que se refere às análises que compõem o *corpus* desta pesquisa, conclui-se que os sistemas alimentares sustentáveis são responsáveis por promover a saúde humana, a qualidade de vida, e a conservação dos recursos naturais. Há claramente um consenso de que a superação da fome e a busca por sistemas alimentares mais justos e sustentáveis requerem mais do que pensar a questão alimentar em si, requerem um envolvimento maior nas decisões e nas políticas das comunidades, das cidades e dos municípios. Com relação à justiça alimentar, são apresentadas proposições sobre como enfrentar a problemática da fome e de como avaliar a eficácia de iniciativas de agricultura urbana por uma ótica de justiça, que incorpore junto com a oferta de alimentos saudáveis o fortalecimento das comunidades.

Vale observar que as hortas podem funcionar como espaços educativos voltados não só à preservação do meio ambiente, mas também na valorização da cidadania e da própria cidade. É necessário que haja apoio às hortas existentes, principalmente na organização do espaço, na capacitação dos voluntários, ou seja, mais incentivo e mais amparo da gestão pública para concretização de um projeto voltado à agricultura urbana que respeite as particularidades de cada horta, focando numa boa organização para o seu funcionamento e ações contínuas de melhorias.

Por fim, os resultados indicam que com tamanhas fragilidades e, apesar de enfrentar muitos desafios, as hortas comunitárias têm-se feito fortes, cumprindo um papel primordial da educação ambiental, apresentando também forte potencial produtivo. Isso é notado quando os agrossistemas são submetidos a investimentos em tecnologias, acompanhamento técnico e utilização de técnicas de baixo impacto ambiental. Os estudos deixam algumas sugestões: i) assegurar políticas públicas que incentivem a população consumir localmente para que a agricultura urbana seja fortalecida e também para que a venda do excedente da produção surja como estratégia na geração trabalho e renda; e ii) investigar estratégias que consolidam conexões entre a sugestão e a implementação de políticas nestes espaços periféricos, de maneira que se construam políticas públicas mais participativas; iii) aproximar esse assunto a políticas de educação ambiental que devem trazer o debate da agroecologia e de uma produção que garanta a segurança alimentar e nutricional da comunidade; iv) orientar para os governos estaduais e municipais que ainda não possuem legislação regulamentar sobre a agricultura urbana, que elaborem suas políticas locais com base na nacional.

Revista Científica ANAP Brasil

ISSN 1984-3240 - Volume 18, número 44, 2025

Recomenda-se para o futuro, por exemplo, um estudo que se dedique a entender as contribuições da agricultura urbana para o público específico do Cadastro Único do Governo Federal.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Juliana Costa Velho de. **Com quantos dólares se promove a participação social? estudo de caso sobre a ação do banco mundial no desenvolvimento rural sustentável do Rio de Janeiro**. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11571>. Acesso em: 14 de out. 2024.
- ALVES, Maria Carolina Medeiros. **Espaços verdes urbanos: análise socioambiental das hortas urbanas comunitárias**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020; Disponível em: <https://shre.ink/grgV>. Acesso em: 14 de out. 2024.
- BARBOSA, Juliana Silva. **A importância das feiras para a geração de renda e fortalecimento da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro**. 2020. 43f. Dissertação (Mestrado em Agricultura) – Curso de Pós-graduação em Agricultura Orgânica, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/10443>. Acesso em: 14 de out. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2011.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Agricultura Urbana e Periurbana**. [Brasília]: Ministério do Meio Ambiente, 05 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/qualidade-ambiental-e-meio-ambiente-urbano/agricultura-urbana-e-periurbana>>. Acesso em: 14 de out. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023**. I: institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília: Casa Civil, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11700.htm. Acesso em 27 de out. 2024.
- BRASIL. **Lei 14.935, de 26 de julho de 2024**: institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília: Casa Civil, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Lei/L14935.htm. Acesso em 27 de out. 2024.
- CALBINO, Daniel; BORGES, Iran; ANDRADE, Luiz; ABREU, Caroline; GONÇALVES, Fernanda. **Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas**. *Revista Desenho e Regulação*, 2017, v. 14, n. 2, p. 61-80. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26767/coloquio.v14i2.718>.
- CAPORAL, Francisco .R; AZEVEDO, Edisio. O. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. 1 ed. Curitiba: Editora Instituto Federal do Paraná - EAD, 2011. 130 p.
- CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica : a educação das crianças para um mundo sustentável**. 1 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.
- CASTELO BRANCO, M.; ALCÂNTARA F. A. 2011. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?** *Horticultura Brasileira* 29: 421-428.
- COSTA, Babette Martins da; SAKURAI, Tatiana. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, Horta Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. **Revista LABVERDE. FAUUSP**. São Paulo, v. 11, n. 01, pp. 171 - 195, ago/dez. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/bAyE>. Acesso em: 14 de out. 2024
- CHRYSSAFIDIS, Jéssica Castro. **Contribuições da agricultura urbana para justiça alimentar: um estudo de caso nas hortas comunitárias de Maringá-Pr**. 2024. 99f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2dbb0d75-316a-4efe-a752-3fe09350b353>. Acesso em: 14 de out. 2024.
- FAVORETO, Carlos José Ruffato; PEIXOTO, Janice Rezende Vieira; PEIXOTO, Amanda Corsini Rezende; LUPINACCI, Victor Bastos Teixeira; FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos; CALETTI, Rozileni Piont Kovsky; JORGE, Marcos Filgueiras; SILVA, Leonardo Duarte Batista da. Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 2, p. e5403, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-321>. Acesso em: 06 nov 2024.
- FERNANDES, Renata; SOUZA, Nádia Roberta de Paula Guedes de; MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Benefícios da implantação do programa hortas comunitárias em Maringá-Paraná. **Brazilian Journal of surgery and clinical research - BJSCR**, Maringá, V. 4, nº 1, p. 79-82, 2013. Disponível em: http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130731_225208.pdf. Acesso em: 14 de nov. 2024.

Revista Científica ANAP Brasil

ISSN 1984-3240 - Volume 18, número 44, 2025

FERREIRA, Igor. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/grWu>. Acesso em 22 de out. 2024.

Furgeri, Júlia Alice Vila. **Nem tudo é concreto**: etnobotânica das hortas comunitárias agroecológicas do ABC Paulista. 2022. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Ensino e História das Ciências e da Matemática, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2022. Disponível em: http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=123310. Acesso em 10 de nov. 2024.

MAAS, Larissa; MALVESTITI, Rosane; GONTIJO, Leila Amaral. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. e00134319, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00134319>. Acesso em 10 de nov. 2024.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

REIS, Paulo Jorge Neves. **Agricultura familiar no município de parintins, na amazônia brasileira; diagnóstico, desafios e potencialidades**. 2020. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12543>. Acesso em 06 nov. 2024.

RIBEIRO, Silvana Maria. **Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde**: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade - Embu das Artes - SP. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.6.2013.tde-03072013-114502>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, Ana Clara Nery da. **De município à morada: hortas comunitárias, educação ambiental e pertencimento em Araraquara/SP**. 2024. 218f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-01072024-162410/>. Acesso em 18 nov. 2024,

PORTAL UMUARAMA. **Três bairros de Umuarama terão hortas urbanas**. Portal da Cidade, 2022 Disponível em: <https://shre.ink/grWo>. Acesso em 14 de out. 2024.

UMUARAMA, Prefeitura Municipal. **Lei Ordinária 4.480, de 17 de maio de 2021**.: Institui a Política Municipal de Agricultura Urbana no Município de Umuarama, Estado do Paraná Umuarama: Paço Municipal, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/glm9>. Acesso em 14 de out. 2024

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão**: implicações conceituais e metodológicas. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>. Acesso em 18 nov 2022.

DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Ivanir Ansilheiro e Sirley Pellegrineli
 - **Curadoria de Dados:** Ivanir Ansilheiro e Sirley Pellegrineli
 - **Análise Formal:** Ivanir Ansilheiro e Sirley Pellegrineli
 - **Aquisição de Financiamento:** Não possui recursos financeiros.
 - **Investigação:** Ivanir Ansilheiro e Sirley Pellegrineli
 - **Metodologia:** Ivanir Ansilheiro, Sirley Pellegrineli e Máriam T. Pereira
 - **Redação - Rascunho Inicial:** Ivanir Ansilheiro
 - **Redação - Revisão Crítica:** Ana Flávia Costa e Máriam T. Pereira
 - **Revisão e Edição Final:** Ana Flávia Costa
 - **Supervisão:** Máriam T. Pereira
-

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, [Ana Flávia Costa, Ivanir Ansilheiro, Máriam Trierveiler Pereira e Sirley Garcia Caparroz Pellegrineli], declaramos que o manuscrito intitulado "Impactos Sociais da Agricultura Urbana: Uma Pesquisa do Tipo Estado da Arte":

- **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. ("Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo").
 - **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. ("Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida").
 - **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. ("Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado").
-